



# CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### PARECER JURÍDICO

**Referência:** Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2020

**Autoria:** Poder Legislativo

**Ementa:** “Dispõe sobre a sustação do parágrafo único do Art. 14 do Decreto Lei nº 4.607, de 26 de março de 2020, de autoria do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.”

#### I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2020, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a sustação do parágrafo único do Art. 14 do Decreto Lei nº 4.607, de 26 de março de 2020, de autoria do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

É o relatório.

Passamos a análise jurídica.

#### II – ANÁLISE JURÍDICA

##### 2.1. DA COMPETÊNCIA, INICIATIVA E ESPÉCIE NORMATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e no artigo 17, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

A matéria é de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, conforme dispõe o art. 61, da LOM.

A espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Decreto Legislativo, pois vai de encontro com o que dispõe a LOM.

Portanto, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, favorável a tramitação do projeto em comento.

##### 2.2. DA PROPOSTA

O presente Projeto de Decreto Legislativo, proposto pelo Poder Legislativo Municipal de Guanhães dispõe sobre a sustação do parágrafo único do Art. 14 do Decreto Lei nº 4.607, de 26 de março de 2020, de autoria do Poder Executivo Municipal e dá outras providências



# CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### 2.3. DO QUORUM

Para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 003/2020 será necessário o voto favorável da maioria simples dos vereadores presentes na sessão plenária, conforme dispõe o artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e artigo 196, §2º, do Regimento Interno, em turno único de discussão e votação.

### 2.4. DAS COMISSÕES PERMANENTES

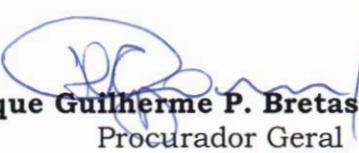
Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

## III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, pela viabilidade técnica do Projeto de Decreto Legislativo nº. 003/2020.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Guanhães/MG, 06 de abril de 2020.

  
**Henrique Guilherme P. Bretas de Campos**  
Procurador Geral

**Alberto Magno Dias**  
Procurador Geral Adjunto